

## Ficha Técnica

Direcção de Publicação:

Ana Tarouca

Pedro Pires

Revisão de texto:

José Brito Soares

Edição:

Instituto de Apoio à Criança

Largo da Memória, 14

1349-045 Lisboa

Periodicidade: Bimestral

ISSN: 1647-4163

Distribuição gratuita

Endereço Internet:

[www.iacrianca.pt](http://www.iacrianca.pt)

Blogue:

[Crianças a torto e a Direitos](#)

Serviço de Documentação:

Tel.: (00351) 213 617 884

Fax: (00351) 213 617 889

E-mail: [iac-cedi@iacrianca.pt](mailto:iac-cedi@iacrianca.pt)

Atendimento ao público,  
mediante marcação

-De 2ª a 5ª feira, entre as  
9.30h e as 16.00h

-6ª feira entre as 9.30h e  
as 12.00 horas

Para subscrever este boletim digital envie-nos uma mensagem para

[iac-cedi@iacrianca.pt](mailto:iac-cedi@iacrianca.pt)



UNICEF

## Sobre Mutilação Genital Feminina definimos

### Mutilação Genital Feminina

O ato de mutilar consiste em todas as intervenções que envolvem a remoção parcial ou total de alguma parte do corpo, ou que provoquem lesões nas mesmas. A mutilação genital feminina inclui todas as intervenções que envolvam a remoção parcial ou total dos órgãos genitais femininos externos ou que provoquem lesões nos órgãos genitais femininos, por razões não médicas". (OMS [et al.], 2009: 6)

**Classificação dos tipos de mutilação segundo a OMS em 2007.** (OMS, 2001: 49):

**TIPO I:** Remoção parcial ou total do clítoris e/ou do prepúcio. (Clitoridectomia)

*TIPO Ia:* Remoção apenas do prepúcio (capuz) do clítoris

*TIPO Ib:* Remoção do clítoris com o prepúcio

**TIPO II:** Remoção parcial ou total do clítoris e dos pequenos lábios, com ou sem excisão dos grandes lábios. (Excisão)

*TIPO IIa:* Remoção apenas dos pequenos lábios

*TIPO IIb:* Remoção parcial ou total do clítoris e dos pequenos lábios.

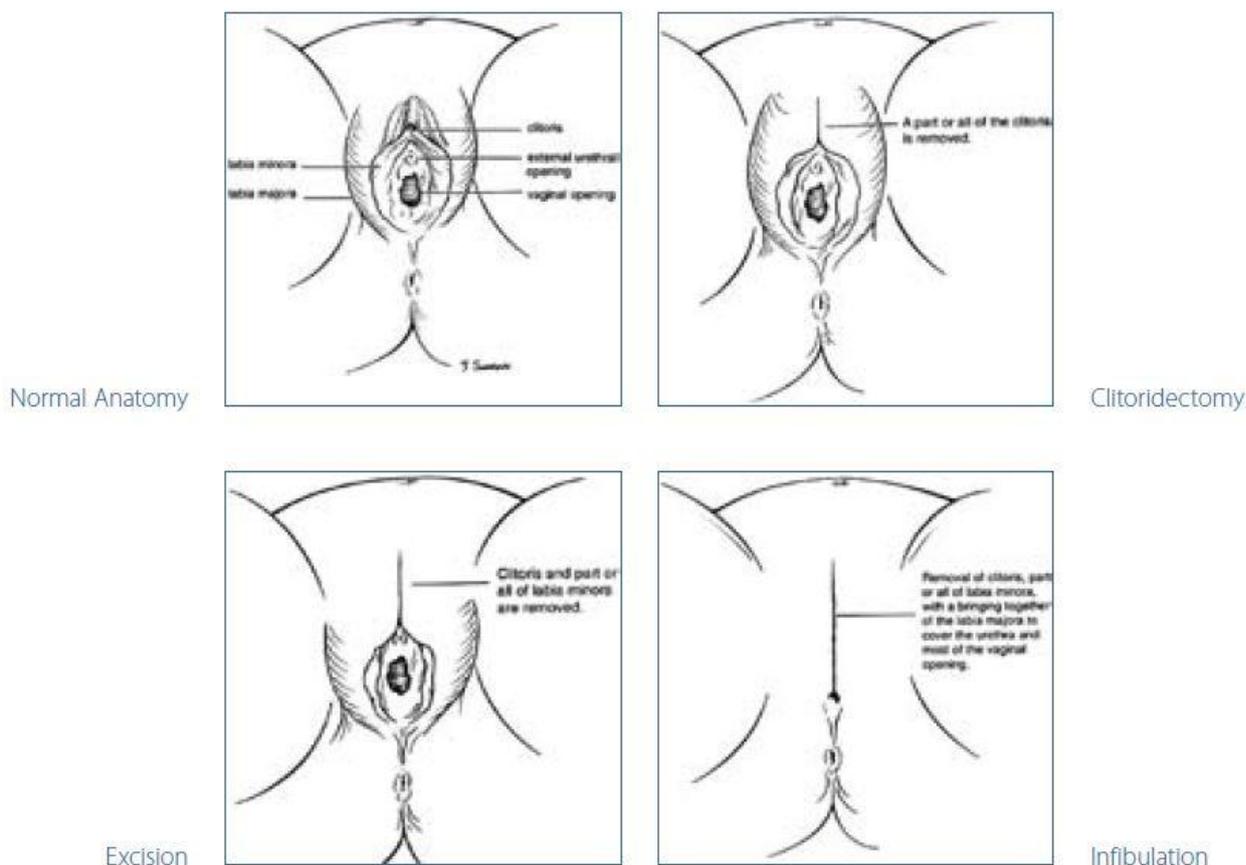
*TIPO IIc:* Remoção parcial ou total do clítoris, dos pequenos e dos grandes lábios.

**TIPO III:** Estreitamento do orifício vaginal através da criação de uma membrana semelhante, pelo corte e aposição dos pequenos lábios e/ou dos grandes lábios, com ou sem excisão do clítoris. (Infibulação)

*TIPO IIIa:* Remoção e aposição dos pequenos lábios

*TIPO IIIb:* Remoção e aposição dos grandes lábios

**TIPO IV:** Atos não classificados: Todas as outras intervenções nefastas sobre os órgãos genitais femininos por razões não médicas, por exemplo: perfuração, picar, corte.



Source: Committee on Bioethics, 2010.

### [Female Genital Mutilation in European Union and Croacia \(2013\)](#)

#### **Fanado**

Fanado (circuncisão/mutilação genital) é uma expressão em idioma crioulo que se refere ao ato cerimonial que emancipa os rapazes, as raparigas e também mulheres. Entre vários ensinamentos considerados essências para a vida adulta dos excisados, encontra-se principalmente a circuncisão masculina e a mutilação genital feminina. Os rapazes são circuncidados antes da puberdade sendo a virilidade a principal razão invocada para tal ato e as raparigas enquanto crianças, principalmente por questões de preservação da virgindade. Normalmente o Fanado é feito na "Barraca de Fanado", que é o local/espço onde os excisados permanecem durante todo o processo. Esta é uma cerimónia que envolve muitos gastos a nível financeiro, porque para além de tratar da alimentação dos educandos e do staff que lá se encontra, os familiares são responsáveis pelas atividades festivas entre outros.

De salientar que ambos os Fanados, o feminino e o masculino são cerimónias coletivas que junta rapazes ou raparigas de várias etnias e de diferentes grupos religiosos (quando praticados nas barracas e não em casa a título individual) feitas em locais e barracas diferentes, tendo também algumas regras diferentes.

Segundo alguns testemunhos, o Fanado feminino encontra-se dividido em duas fases, o "Fanadusinho ou Fanado de Cinimira" (Fanado Pequeno), que é somente o corte dos genitais. É fundamentalmente o ato de se levar a criança/mulher para um quarto ou divisão da casa, onde se procede ao corte, e o "Fanadu Garandi ou Fanado de Cunumira" (Fanado Grande), que é uma fase na qual as meninas passam por um processo de aprendizagem, uma espécie de emancipação. Estas aprendem lidas domésticas, a comportarem-se como pessoas maduras, sendo humilhadas e agredidas fisicamente.

### Fanateca

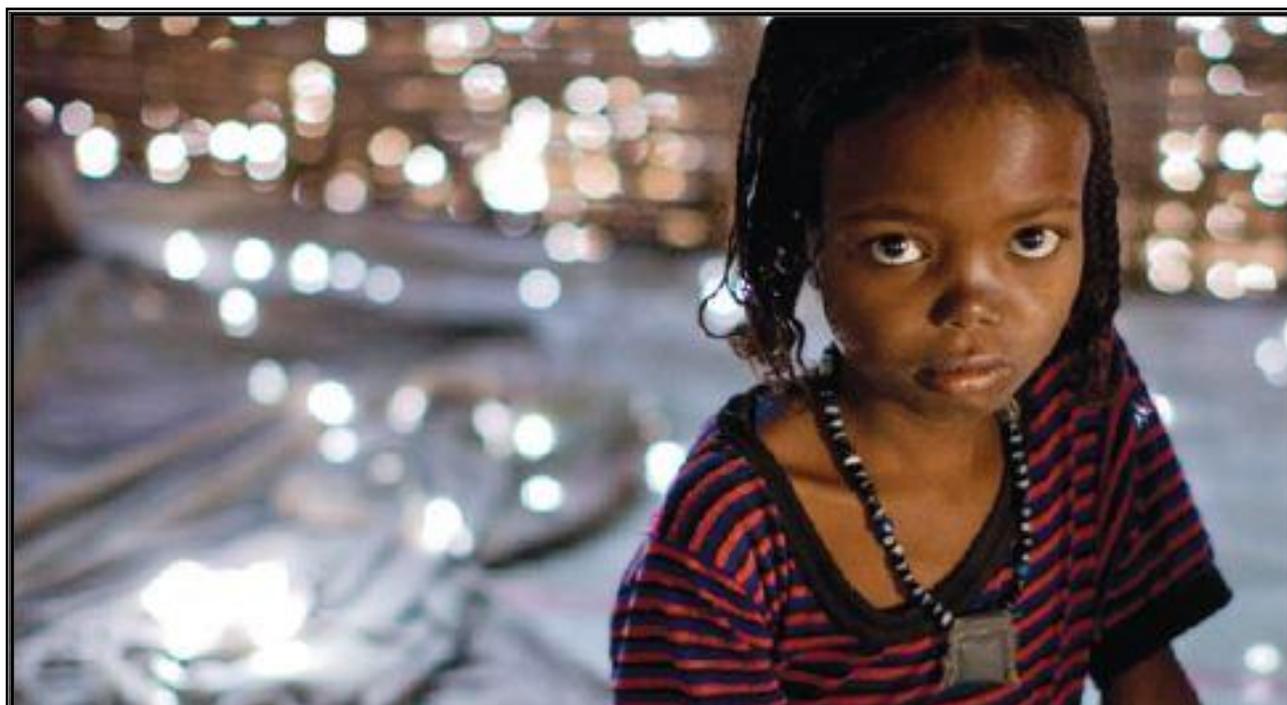
Nome atribuído às senhoras detentoras de poder para realizar o corte dos genitais. Estas por norma são de idade avançada e herdaram a "faca do corte" dos seus antepassados. São entidades de grande respeito e admiração nas comunidades e são presenteadas por parte da população dada a sua posição, principalmente depois de uma cerimónia de "Fanado".

Fonte:

[Discursos e representações sobre a prática da mutilação genital feminina na comunidade quineense em Portugal \(2012\)](#) - Dissertação de Mestrado de Edna Silva.

***“A liberdade de manifestar a sua religião ou as suas convicções só pode ser objeto de restrições previstas na lei e que sejam necessárias à proteção de segurança, da ordem e da saúde públicas ou da moral e das liberdades e direitos fundamentais de outrem”.***

[Artigo 18:3 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos de 16 de Dezembro de 1966](#)



## PREVALÊNCIA

“Fatores sociais e demográficos (idade, educação, religião, etnia e rituais) alteram as taxas de prevalência. A MGF é praticada, na sua maioria, entre os 4 e os 14 anos de idade. A prevalência da MGF é maior entre mulheres com menor nível educacional em alguns países. A MGF é praticada em várias religiões, incluindo a Católica, Muçulmana e Judaica, no entanto há maior prevalência na religião Muçulmana que em praticantes de outras religiões. A etnia parece ser a variável mais significativa na prática da MGF.

A importância dos aspetos cerimoniais associados à MGF está a diminuir em muitas comunidades, no entanto está associada a cerimónias em que são dados presentes, dinheiro e comida.

A grande maioria das crianças e mulheres são submetidas à MGF pelos membros mais velhos da comunidade sendo normalmente mulheres. Na maior parte dos países os profissionais de saúde não estão envolvidos, exceto no Egito onde em 2000 foi estimado que 61% dos casos foram realizados por profissionais de saúde. Quando o procedimento é efetuado sem anestesia, a mulher ou criança é presa na posição ginecológica por outras pessoas. Este método pode levar ao trauma e a fraturas ósseas. Em algumas cidades este procedimento é feito sob anestesia, no entanto em grande parte dos sítios rurais esta não está disponível. Os instrumentos utilizados, não são esterilizados de um procedimento para outro, podendo levar à transmissão do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) ou à morte. Foram relatados instrumentos, tais como tesouras e pedras pontiagudas.

Após o procedimento muitos praticantes prescrevem um período de repouso, outros ligam os tornozelos às ancas para melhorar o processo de cicatrização. A MGF é muitas vezes um pré-requisito para o casamento. Assim as mulheres que não se conformam com as normas da sociedade, são excluídas da comunidade e não podem casar.

O medo do julgamento das mulheres que vivem nos países industrializados faz com que não tenham um acompanhamento médico correto. Os motivos para a realização da MGF são: socioculturais, higiene/saúde, razões espirituais/religiosas e psicosssexuais. Os motivos socioculturais dependem de algumas comunidades acreditarem que as raparigas não se tornam mulheres maduras, não terão o direito de se juntar às raparigas da sua idade enquanto não forem submetidas à MGF. Outros acreditam que os órgãos genitais externos têm o poder de cegar a pessoa que está a dar assistência ao nascimento de uma criança, como poderá causar a morte do recém-nascido ou a morte do marido. Também é mantida por assegurar a virgindade da mulher, sendo este um pré-requisito para o casamento. As razões que sustentam a hipótese da higiene consistem que as comunidades que realizam MGF acreditam que os órgãos genitais externos são feios e sujos e vão crescer se não forem cortados, assim ao remover essas estruturas a criança vai manter-se limpa. As pessoas que realizam a mutilação genital acreditam que põem a criança bonita.

As razões espirituais e religiosas baseiam-se em manter a rapariga espiritualmente limpa. É importante que nem a Bíblia nem o Corão subscrevem as práticas da MGF, no entanto as comunidades, principalmente as Muçulmanas acreditam que faz parte da religião.

As razões psicosssexuais que sustentam a MGF derivam da crença de que as raparigas que não são excisadas têm um desejo sexual incontrolável e assim sendo, têm uma maior probabilidade de perder a virgindade prematuramente e subsequentemente não poderão casar. Acreditam também que ao ser infibulada, o facto de ter o orifício vaginal mais apertado, aumenta o prazer sexual do homem, prevenindo o divórcio e a infidelidade, por outro lado, as mulheres que não conseguem ter filhos, ao serem submetidas à MGF resolvem o seu problema de infertilidade”.

## COMPLICAÇÕES

A Organização Mundial de Saúde e a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia opõem-se à MGF, considerando-a uma prática medicamente reprovável com complicações sérias.

**Complicações Físicas a Curto Prazo.** Dor severa; dano nos tecidos adjacentes (uretra, vagina, períneo e reto); hemorragia (complicação mais comum), esta pode levar a uma anemia ou choque hemorrágico e conseqüentemente à morte; choque neurogénico; retenção urinária aguda, que por sua vez leva a infeções urinárias; fratura da clavícula, fémur ou úmero e luxação da anca; não cicatrização; infeção devido às condições de higiene precárias e ao material não esterilizado.

**Complicações a Longo Prazo.** Dificuldade na passagem da urina (como resultado de dano na uretra); infeções urinárias recorrentes (particularmente comum na mutilação do tipo III e se estas não forem tratadas pode levar à formação de cálculos renais ou lesões renais); infeções pélvicas, que podem acometer as trompas de Falópio e os ovários e tornar-se crónicas; infertilidade; cicatriz colóide; quistos e abscessos; dificuldades durante a menstruação; fístula vesico-vaginais e reto-vaginais e incontinência urinária ou fecal.

**Complicações Psicossociais.** A MGF normalmente é realizada em crianças não informadas e são frequentemente precedidas de atos de intimidação e violência por parte parental e amigos. Em alguns casos as crianças são obrigadas a assistir à Mutilação Genital Feminina de outras crianças, o que pode causar problemas psicossociais graves. Para algumas, a mutilação é uma ocasião marcada pelo medo, submissão, inibição e supressão de sentimentos. É um marco no seu desenvolvimento mental, uma memória que fica para sempre. Algumas mulheres relatam um percurso sexual associada à dor e a menstruação chega a ser tão dolorosa quanto a sua experiência de mutilação. Muitas destas crianças e mulheres expressam sentimentos de humilhação, inibição e medo que acabam por fazer parte das suas vidas. Com outras torna-se difícil ou mesmo impossível falar da sua experiência pessoal mostrando contudo, uma grande ansiedade e um estado de tristeza tão profundo que reflete bem a sua dor emocional. As crianças podem sofrer sentimentos de traição e fúria quando sujeitas a este procedimento apesar de receberem muitas vezes apoio dos familiares no período pós mutilação.

A MGF resulta posteriormente numa crise de confiança com os familiares e amigos, levando a implicações sérias a longo prazo. Para algumas das crianças e mulheres, este tipo de experiência pode ter implicações psicológicas semelhantes a uma violação. A MGF tem vindo a ser associada a um vasto número de distúrbios psicossomáticos (associados aos hábitos de dormir, comer e a alterações de humor, insónias, pesadelos, perda de apetite, perda de peso, ganho excessivo de peso, ataques de pânico, dificuldade de concentração e aprendizagem e outros sintomas de stress pós-traumático). Com o crescimento, as mulheres desenvolvem sentimentos de baixa auto-estima, depressão, ansiedade crónica, fobias, pânico e desordens psicóticas. Muitas sofrem em silêncio. As raparigas que não foram submetidas à MGF podem ser socialmente estigmatizadas, rejeitadas pelas suas comunidades e impedidas de casar localmente.

Campanha de sensibilização  
Contra a Excisão [MUDA.R](#)



**Complicações Sexuais.** Dispareunia, vaginismo e inibição do coito por medo da dor, o que pode levar a problemas conjugais.

**Complicações Obstétricas.** Problemas durante o parto são comuns principalmente nas formas severas de MGF devido à oclusão parcial ou completa do orifício vaginal. Quanto maior a mutilação, maiores são as complicações. A MGF tipo III representa um obstáculo à observação do colo uterino e à realização de toques vaginais durante o trabalho de parto. Também impossibilita a realização da algaliação, de partos eutócitos e pode levar à incontinência.

A solução é a desinfibulação, que é recomendada a todas as mulheres que sofrem de complicações a longo prazo. Este procedimento consiste em reverter o processo de infibulação. Resolve a maioria das complicações e ajuda a restaurar os órgãos genitais externos da mulher com clítoris intacto.

**Immediate and long-term health consequences of female genital mutilation (9,10)**

Immediate health risks	Longer-term health risks
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Severe pain</li> <li>• Shock</li> <li>• Haemorrhage (i.e. excessive bleeding)</li> <li>• Sepsis</li> <li>• Difficulty in passing urine</li> <li>• Infections</li> <li>• Death</li> <li>• Psychological consequences</li> <li>• Unintended labia fusion</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Need for surgery</li> <li>• Urinary and menstrual problems</li> <li>• Painful sexual intercourse and poor quality of sexual life</li> <li>• Infertility</li> <li>• Chronic pain</li> <li>• Infections (e.g. cysts, abscesses and genital ulcers, chronic pelvic infections, urinary tract infections)</li> <li>• Keloids (i.e. excessive scar tissue)</li> <li>• Reproductive tract infections</li> <li>• Psychological consequences, such as fear of sexual intercourse, post-traumatic stress disorder, anxiety, depression</li> <li>• Increased risk of cervical cancer (although more research is needed)</li> </ul>
Known obstetric complications/risks	Conditions often considered to be associated with FGM but for which evidence is equivocal or shows no link
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caesarean section</li> <li>• Postpartum haemorrhage</li> <li>• Extended maternal hospital stay</li> <li>• Infant resuscitation</li> <li>• Stillbirth or early neonatal death</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• HIV (in the short term)</li> <li>• Obstetric fistula</li> <li>• Incontinence</li> </ul>

[Female genital mutilation. Understanding and addressing violence against women \(2012\)](#)



UNICEF

## MGF NO MUNDO DESENVOLVIDO

A MGF é uma violação dos direitos humanos, colocando crianças e mulheres em risco de vida. De acordo com alguns juristas, a MGF é ilegal em todo o código criminal que puna ofensas corporais. Contudo, a falta de vontade para aplicar esta interpretação do código criminal à MGF faz com que muitos peçam leis específicas nacionais para proibir a prática. Entre os países com populações africanas imigrantes, legislação contra MGF foi primeiro aprovada na Suécia em 1982 (que proibiu os profissionais de saúde de realizarem a operação), seguida do Reino Unido em 1985, Austrália em 1994 e Noruega em 1995. Nos Estados Unidos, a lei impede os pais de tirar as filhas do país para as submeter à MGF. Não há leis específicas contra a MGF na Dinamarca, França ou Holanda, mas um caso levado aos tribunais na década de 80 (séc. XX) considerou a prática ilegal na França. Muitos países como o Canadá, Inglaterra e Austrália aprovaram medidas que proíbem a MGF e a "re-infibulação" após o parto. Na Espanha, os pais estão sujeitos a penas de prisão de 6 a 12 anos e à perda do poder paternal. Os profissionais de saúde são punidos se não intervirem de forma a prevenir estas práticas.

## MGF E A LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), Portugal integra a lista dos países de risco no que concerne à prática da Mutilação Genital Feminina, um ato de extrema violência que compromete o futuro de milhões de crianças. No entanto em Portugal não existe legislação específica sobre a MGF.

No entanto o **Artigo 144º do Código Penal** - ofensa à integridade física grave- refere que privá-lo de importante órgão ou membro, ou a desfigurá-lo grave e permanentemente, tirar-lhe ou afetar-lhe, de maneira grave, a capacidade de trabalho, as capacidades intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem, pode ser punido com pena de prisão de 2 a 10 anos.

No **Artigo 150º do Código Penal** - intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos, refere que um médico ou profissional de saúde equiparado realizar este procedimento pode ser punido por lei com uma pena de prisão até 2 anos ou pena de multa de 240 dias.

## RECOMENDAÇÕES E INTERVENÇÕES

Foram identificados vários elementos necessários para gerar um processo de mudança social e encorajar o abandono rápido e generalizado desta prática. Nomeadamente, formar profissionais para a deteção, reconhecimento e intervenção em famílias e crianças em risco; perceber a posição dos pais, sem julgar, sobre a MGF. Transmitir respeito pelas suas práticas tradicionais, mas desaprovar a mutilação e explicar as consequências físicas e psíquicas para as crianças. Explicar e educar sobre a anatomia dos órgãos genitais femininos, explicar as complicações do ato e as implicações jurídicas. Intervir nas comunidades, nas escolas, nas associações de emigrantes e nos serviços sociais. Incentivar os professores a debater com os alunos questões da MGF, a identificar crianças em risco e facilitar a intervenção. Aumentar a informação disponível nos media, acabando com o silêncio, tornando a discussão pública.

Fonte:

[Considerações clínicas e dinâmica cultural da mutilação genital feminina \(2009\)](#) – Capítulo da Dissertação de Mestrado de Catarina Góis.

## Sobre Mutilação Genital Feminina recomendamos

### Situação atual em matéria de mutilação genital feminina em Portugal (2013)

Publicação da responsabilidade do Instituto Europeu para a Igualdade de Género: "Portugal ratificou diversas convenções europeias e internacionais que condenam a mutilação genital feminina (MGF), entre as quais se incluem a Declaração Universal dos Direitos do Humanos (DUDH), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas

de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CAT), a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), a Convenção para a Proteção dos Direitos do Humanos e das Liberdades Fundamentais (ECHR) e a Carta dos Direitos

Fundamentais da União Europeia (2010/C 83/02). Portugal assinou a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica".

[Disponível on-line »](#)

### II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina - Relatório Intercalar de Execução 2012 (2013)

Documento da responsabilidade da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) no âmbito do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, integrado no IV Plano Nacional para a Igual-

dade - Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013). O II Programa de Ação para a Eliminação da MGF mantém, no essencial, as principais linhas de ação do antecessor, prevendo-se um reforço na intervenção

em algumas medidas, que se revelam estruturais para o desafio da erradicação da mutilação genital.

[Disponível on-line »](#)

### Female Genital Mutilation in European Union and Croacia (2013)

Da responsabilidade do [European Institute for Gender Equality \(EIGE\)](#): "This report aims to support policy makers and all relevant institutions by providing them with reliable and comparable data for evidence-based actions and policy improvement

in the area of FGM. It also provides recommendations on how to protect girls, women and the European society from this destructive and devastating expression of power, and on how to give sufficient support to

the girls and women who have fallen victim to this crime".

[Disponível on-line »](#)

Campanha de sensibilização  
Contra a Excisão [MUDA.R](#)

**MUDA(R)**  
**A REALIDADE**  
**DA EXCIÇÃO**

### Good practices in combating female genital mutilation (2013)

Da responsabilidade do European Institute for Gender Equality (EIGE): "This publication presents good practices on combating female genital mutilation identified during the implementation of the 'Study to map the current situation and trends of female genital mutilation in 27 EU Member States and Croatia".

lution identified during the implementation of the 'Study to map the current situation and trends of female genital mutilation in 27 EU Member States and Croatia".

[Disponível on-line »](#)

### What works and what does not: a discussion of popular approaches for the abandonment of female genital mutilation (2013)

Artigo de R. Elise B. Johansen [et al.]: "The prevalence of Female Genital Mutilation (FGM) is reducing in almost all countries in which it is a traditional practice. There are huge variations between countries and communities though, ranging from no change at all to countries and communities where the practice has been more than halved from one generation to the next. Various interventions implemented over the last 30-40

years are believed to have been instrumental in stimulating this reduction, even though in most cases the decrease in prevalence has been slow. This raises questions about the efficacy of interventions to eliminate FGM and an urgent need to channel the limited resources available, where it can make the most difference in the abandonment of FGM. This paper is intended to contribute to the design of more effective interventions by

assessing existing knowledge of what works and what does not and discusses some of the most common approaches that have been evaluated: health risk approaches, conversion of excisers, training of health professionals as change agents, alternative rituals, community-led approaches, public statements, and legal measures".

[Disponível on-line »](#)

### Ending Female Genital Mutilation: Where do we stand in Europe? (2013)

Documento criado no âmbito de uma campanha da Amnistia Internacional: "END FGM is a European campaign, led by Amnesty International, working in partnership with 15 organisations in EU member states. The campaign aims to put female genital mutilation (FGM) high on

the EU agenda and to echo the voices of women who have undergone FGM and those at risk of being subjected to it.

The Campaign's work is based on the principles of human rights based approaches, which frame female genital mutilation as a violation of human rights,

aim at empowering rights-holders (women and girls who have undergone or are at risk of FGM) and seek an active and meaningful participation of those directly affected by the practice of FGM".

[Disponível on-line »](#)

### El abordaje social y político de la mutilación genital femenina (2013)

Artigo de María Luisa Gascón [et al.].

[Disponível on-line »](#)

## UNFPA-UNICEF Joint Programme on Female Genital Mutilation/Cutting: Annual Report 2012 (2013)

Relatório da UNICEF: "This report documents activities of the Joint Programme in its fifth year of implementation in 15 African countries: Burkina Faso, Dji-

bouti, Egypt, Eritrea, Ethiopia, The Gambia, Guinea, Guinea Bissau, Kenya, Mali, Mauritania, Senegal, Somalia, Sudan and

Uganda".

[Disponível on-line »](#)

## Mutilação Genital Feminina: guia de procedimentos para órgãos de Polícia Criminal (2012)

Documento da responsabilidade da Escola de Polícia Judiciária: "Portugal, tal como outros países de destino de comunidades provenientes de zonas onde a MGF é praticada, é considerado, pela OMS, um país de risco. Nomeadamente em comunidades provenientes da Guiné-Bissau, onde a prática é proibida desde 2011, e de outros países como Tanzânia, África do Sul, Costa do Marfim, Gâmbia, Senegal, Egípto e Guiné Conacri, entre outros.

A MGF pode ser praticada em território nacional ou nos países de origem, onde os familiares ou as crianças se deslocam com esse propósito, geralmente nos períodos de férias escolares de verão.

Portugal tem desenvolvido esforços no sentido de sensibilizar as comunidades em risco mas também os/as profissionais que lidam com estas situações (médicos/as, enfermeiros/as, professores/as, polícias, magistrados/as, voluntários/as que atuam nas comunidades), para além dos esforços a nível da cooperação internacional, para

os riscos e consequências desta prática.

A difusão de conhecimentos dos malefícios destas práticas e das consequências para a saúde levam à alteração de valores e práticas nefastas em todo o mundo, com o regresso dos elementos das comunidades aos países de origem. É neste âmbito que é produzido este Guia, apresentado na Conferência sobre MGF realizada na Escola de Polícia Judiciária (EPJ) em 28 de Maio de 2012. O Guia destina-se a profissionais de polícia, da Polícia Judiciária ou outros OPC, magistrados/as e outros intervenientes no sistema de justiça que contactam com as comunidades em risco e investigam os crimes relacionados com a MGF.

Ao/À profissional de polícia cabe uma responsabilidade acrescida na prevenção da prática do crime, devendo estar consciente que certas práticas, aparentemente justificadas pela tradição ou por outra razão, são proibidas pela lei portuguesa e que devem ser impedidas e condenadas.

Encontram-se enraizados nesta prática estereótipos alicerçados na subordinação da mulher no contexto familiar e social, pelo que a MGF constitui uma das formas mais graves de violência e discriminação contra as mulheres. Razões de índole social e cultural e argumentos como intromissão em questões de "cultura", "religião", "família" e "privado" não podem justificar a não ação. A Polícia é, muitas vezes, a primeira entidade a tomar conhecimento de certos factos, por ser facilmente identificável e encontrar-se à disposição dos cidadãos. A identificação de uma vítima ou potencial vítima exige da/o polícia uma atuação firme e consequente, que não depende de apresentação de queixa, por ser um crime público". P. 7

[Disponível on-line »](#)

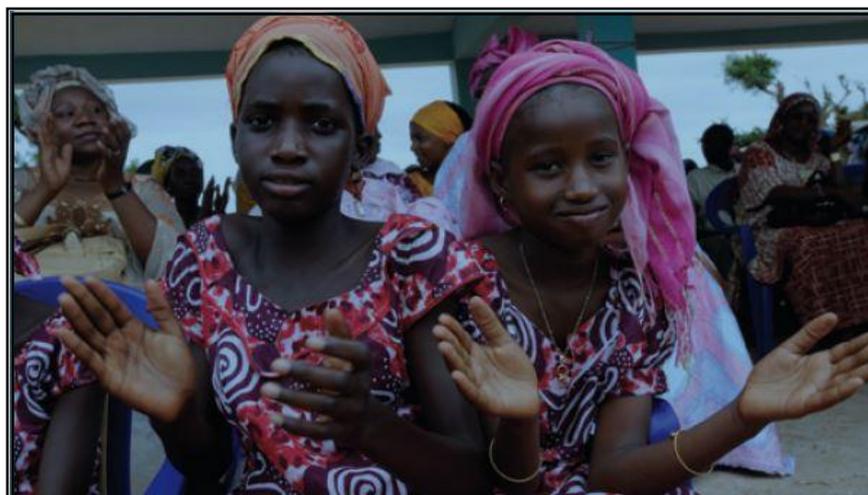
## Discursos e representações sobre a prática da mutilação genital feminina na comunidade guineense em Portugal (2012)

Dissertação de Mestrado de Edna Silva: "... pretendo levar a cabo uma investigação em torno do tema dos direitos humanos das mulheres, concretamente, a prática da mutilação genital feminina na comunidade guineense residente em Portugal. Desde 1946 foi redigida a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a qual diz que os direitos humanos são Universais, Inalienáveis, e que o ser humano, independentemente da cor, sexo, raça, religião, estatuto social, etc., tem direito a esses direitos pelo simples facto de ser humano. Contudo, esses direitos são praticamente inexistentes para as mulheres com as quais pretendo trabalhar neste estudo, que consiste numa análise das representações da mutilação genital de crianças e mulheres oriundas da Guiné-Bissau, que têm imigrado para Portugal nas últimas décadas, uma vez que este é o país Europeu com o qual melhor se identificam devido aos laços históricos que os unem, às redes de sociabilidade, familiares, entre outras. De acordo com a OMS (Organização Mun-

dial da Saúde) e vários outros organismos das Nações Unidas, a MGF é praticada por mais de 80% da população dos vários países africanos, sendo uma prática que envolve, direta ou indiretamente, um universo de milhões de pessoas, contabilizando as mulheres mutiladas residentes em países não-africanos, visto que a prática tem sido transportada para a Europa e para o resto do mundo através dos fluxos migratórios. O Parlamento Europeu estima que na Europa vivem cerca de 500.000 (quinhentas mil) mulheres mutiladas e que 180.000 (cento e oitenta mil) mulheres de todas as idades, residentes em espaço europeu, estejam em risco anualmente. Apesar da enorme dificuldade que existe na erradicação da mutilação genital feminina dada a sua enorme representação em termos mundiais, esta já não é praticada com tanta liberdade, em grande medida devido às atividades e penalizações de organizações internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a UA (União Africana). Por sua vez, a comu-

nidade internacional (ONGs e associações, sociedade civil, profissionais de saúde e de educação, serviços sociais, agentes de decisão política, especialistas, vítimas da prática, fanáticas, líderes comunitários, etc.) também já se movimenta e reúne esforços de modo a prevenir e punir este ato, fazendo com que as vítimas conheçam os seus direitos humanos, tenham noção do que a prática representa. Nos tempos que correm, algumas vítimas da prática, já tomam uma atitude face a esta em território português (dados adquiridos numa conferência sobre a Eliminação da prática da MGF que teve lugar na embaixada da Guiné-Bissau em Portugal com a presença do Embaixador da Guiné-bissau em Lisboa, de M'Bala Fernandes, da ativista Fatumata Baldé e várias mulheres vítimas da prática da MGF), pois já é hegemónica entre elas a ideia de que a mutilação pode ser uma prática nefasta e que podem opor-se a ela".

[Disponível on-line »](#)



*O regresso, visita ou férias ao país de origem pode revelar-se um risco para si, para a(s) sua(s) filha(s) ou familiares do sexo feminino. Pode acontecer que as meninas e as raparigas que vivem em Portugal, ou noutro país, sejam excisadas quando regressam aos países de origem das suas famílias e durante as férias escolares:*

*Comunique e explique à sua família e pessoas amigas a sua decisão de não excisar a sua filha.*

*Não perca a oportunidade de explicar porque não concorda, não participa e não estará presente nas cerimónias e rituais de excisão de meninas, raparigas e mulheres.*

*Se tem conhecimento de alguma menina que foi ou pode estar em risco de ser excisada deve fazer chegar esta informação às entidades competentes.*

*Se já foi excisada, fale com a sua médica ou o seu médico de família, ginecologista e/ou obstetra sobre o assunto. Ao pedir ajuda pode ter apoio médico, de enfermagem e psicológico.*

[CIG, 2012: 7](#)

### **Mutilação feminina e Direitos Humanos: há compatibilidade? (2012)**

Artigo de Luzia Feliciano de Lira e Walter Nunes da Silva Junior. [Disponível on-line »](#)

---

### **Mutilação genital feminina: cultura ou crime? (2012)**

Artigo de Filipa Oliveira. [Disponível on-line »](#)

---

### **Notícias da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), de Julho 2012**

Contém um Dossier sobre mutilação genital feminina "Diga não à excisão". [Disponível on-line »](#)

---

### **Contextualización de la mutilación genital femenina desde enfermería. Análisis videográfico (2012)**

Artigo de María del Mar Bravo [et al.]: "El objetivo del presente trabajo se centra en analizar los documentos audiovisuales referentes al ritual que envuelve a la mutilación genital femenina".

[Disponível on-line »](#)

---

### **Una visión global de la mutilación genital femenina (2012)**

Artigo de Meritxell Guerrero [et al.]: "El objetivo de este trabajo es realizar una actualización sobre la MGF y sobre las recomendaciones en los cuidados durante el embarazo, el parto y el puerpério".

[Disponível on-line »](#)

**“A excisão é crime em Portugal e em muitos outros países como Bélgica, Burkina Faso, Dinamarca, Egípto, França, Guiné Bissau, Guiné Conacri, Senegal, entre outros.**

**Portugal – Código Penal – Artigo 144.º - Ofensa à Integridade Física Grave “**

[CIG, 2012: 6](#)

### **Mutilação Genital Feminina Orientação nº 005/2012 de 06/02/2012**

Atualização de 22/03/2012 da Direção-Geral de Saúde, destinada aos profissionais de saúde.

[Disponível on-line »](#)

---

### **Female genital mutilation. Understanding and addressing violence against women (2012)**

Folha informativa de Organização Mundial de Saúde e da Pan American Health Organization (PAHO).

[Disponível on-line »](#)

---

### **Female Genital Mutilation/Cutting Accelerating Change 2012. Funding proposal. (2012)**

Publicação da UNICEF: “UNFPA and UNICEF are working towards accelerated abandonment of female genital mutilation/ cutting within 15 countries by 2013. The focus of this joint funding proposal is to leverage social dynamics towards abandonment within selected communities that practice FGM/ C. The main strategic approach

is to gain the support of an initial core group, which decides to abandon FGM/C and mobilises a sufficient number of people to facilitate a tipping point and thereby create a rapid social shift of the cutting social convention norm. A core feature of implementation is fostering partnerships with government authorities both at decentralised

and national levels, religious authorities and local religious leaders, the media, civil society organizations and the education and reproductive health sectors”.

[Disponível on-line »](#)

---

### **Mutilación genital femenina y violencia de género (2011)**

Artigo de Nuria Marchal Escalona. [Disponível on-line »](#)

---

### **Educación sanitaria sobre mutilación genital femenina para profesionales de la salud (2011)**

Artigo de Encarnación Martínez García [et al.].

[Disponível on-line »](#)

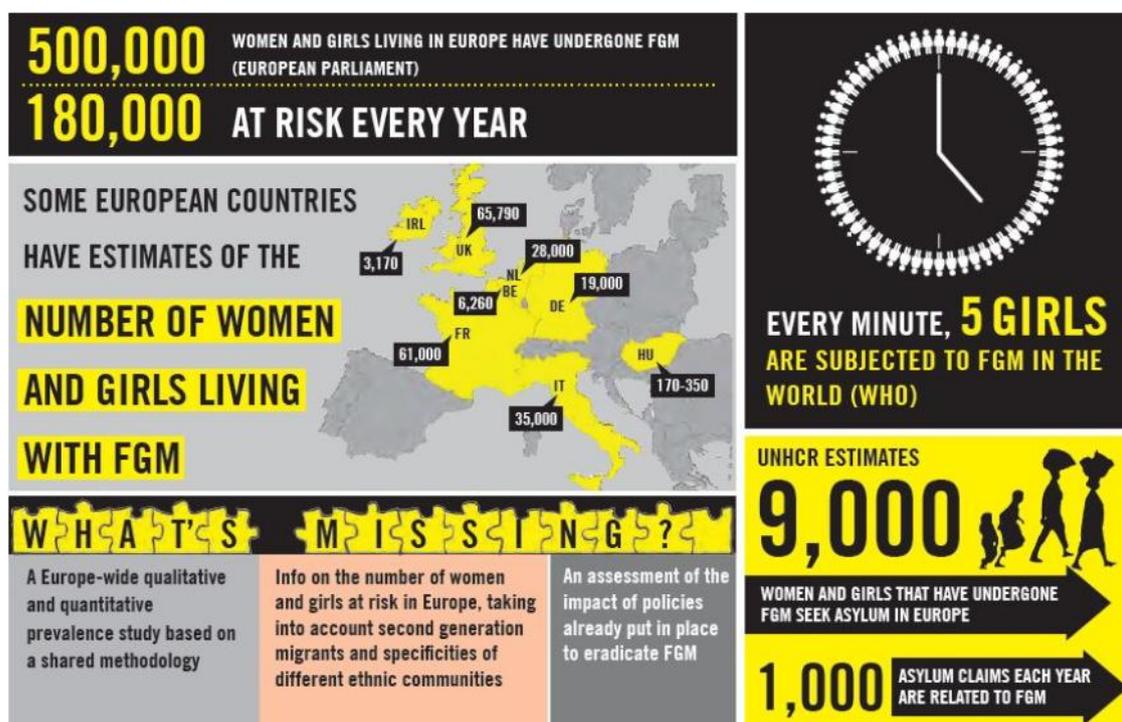
## II Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina no âmbito do IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013) (2011)

Da responsabilidade do Grupo de Trabalho Intersectorial sobre a Mutilação Genital Feminina/C: "O II Programa de Acção aqui apresentado enquadra-se no IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011 - 2013), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de Janeiro, instrumento político privilegiado para a promoção e consolidação das políticas para a igualdade de género e

não discriminação. Este Plano Nacional aborda explicitamente a questão da Mutilação Genital Feminina nas seguintes áreas: Saúde (Área 4), Violência de Género (Área 9), onde se prevê a adoção do presente Programa e a promoção de todas as suas ações, e Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades Portuguesas (Área 14). Este Programa de Acção visa, portanto, desenvolver e reforçar a

coerência nas políticas e a complementaridade das ações desenvolvidas, nomeadamente as implementadas no âmbito do I Programa de Acção para a Eliminação da Mutilação Feminina, numa parceria entre os sectores públicos e a sociedade civil, em termos nacionais e internacionais".

[Disponível on-line »](#)



## Estimating the obstetric costs of female genital mutilation in six African countries. Research summary (2011)

Documento da responsabilidade da Organização Mundial de Saúde: "A seminal study by WHO from 2006 (1) documented for the first time that female genital mutilation (FGM) is associated with increased risk for birth complications, affecting

both mother and child. The risk increased commensurate with the severity of the procedure. Building on these prior estimates of obstetric risks linked to FGM, a study was conducted estimating the cost to the health system of obstetric com-

plications due to female genital mutilation in the same six African countries (Burkina Faso, Ghana, Kenya, Nigeria, Senegal and Sudan) in which the original study was carried out".

[Disponível on-line »](#)

### **Female genital mutilation programmes to date: what works and what doesn't. Policy brief (2011)**

Publicação da responsabilidade da Organização Mundial de Saúde: "The pace of efforts to eliminate the practice of FGM has picked up over the last thirty years, and although a decline has been evident, this has occurred at a slower rate than

was hoped. Interventions have been poorly evaluated thus far to allow both international and national NGOs and governments to know where best to place their limited resources and prevent as many girls from undergoing the practice. The review

conducted by PATH on behalf of the WHO looked at which anti-FGM interventions work and which do not".

[Disponível on-line »](#)

### **Female genital mutilation: the facts (2011)**

Panfleto da responsabilidade do Foreign and Commonwealth Office do Reino Unido.

[Disponível on-line »](#)

### **Female genital mutilation: multi-agency practice guidelines (2011)**

Publicação da responsabilidade do Home Office do governo britânico: "These guidelines support front line professionals,

such as teachers, health professionals, police officers and social workers, in safeguarding children and protecting adults from the abuses associated with fe-

male genital mutilation (FGM)".

[Disponível on-line »](#)

### **Mulheres mutiladas e mulheres desonradas: a importância da luta de Mukhtar Mai e Khady Koita aos direitos humanos das mulheres (2011)**

Dissertação de Mestrado de Murilo Chaves Vilarinho.

[Disponível on-line »](#)

### **Female genital mutilation: multi-agency practice guidelines (2011)**

Publicação da responsabilidade do Home Office do governo britânico: "These guidelines support front line professionals,

such as teachers, health professionals, police officers and social workers, in safeguarding children and protecting adults from the abuses associated with fe-

male genital mutilation (FGM)".

[Disponível on-line »](#)

### **Labioplastia por razões não terapêuticas versus mutilação genital feminina: contradições legais e práticas na Grã-Bretanha (2010)**

Artigo de Marge Berer: "Esse artigo foca a redução labial em relação ao direito e à política na Grã-Bretanha, onde existe uma lei contra a mutilação genital

feminina (MGF) na qual este procedimento é descrito exatamente nos mesmos termos utilizados pelo Departamento de Saúde para descrever a redução

labial".

[Disponível on-line »](#)

## Mutilação Genital Feminina - a importância de reconhecer e de saber como agir (2010)

Artigo de Ana Correia Campos: "Portugal é, de acordo com a OMS, um país de risco. A existência de comunidades migrantes oriundas de países onde a prática é comum, nomeadamente da Guiné-Bissau onde, de acordo com dados da UNICEF em 2005 a estimativa de prevalência de MGF em meninas e mulheres com idades entre os 15-49 anos era de 44.5%, põe a possibilidade de poder aqui ser realizada a MGF, ou de as menores poderem ser daqui enviadas para os seus

países de origem. Legalmente, a prática da MGF incorre em Portugal, de acordo com o artigo 144 do Código Penal, no âmbito de ofensa contra a integridade física grave. Percebe-se, contudo, que mais que criminalização de condutas, a aposta deve estar essencialmente na educação, medidas preventivas, a cargo da intervenção comunitária, ação social e de profissionais de saúde. O tema da Mutilação Genital Feminina está inserido no III Plano Nacional para a Igualdade de Género

(2007-2010) onde, com a colaboração da Direcção Geral de Saúde, estão inseridas medidas tendentes a uma ação de sensibilização nas comunidades para a prevenção desta prática, sendo os profissionais de saúde um sector importante, que necessita de formação específica". P. 153

Tem ilustrações e fotografias.

[Disponível on-line »](#)

## Estimating the obstetric costs of female genital mutilation in six African countries (2010)

Artigo de David Bishai [et al.] [Disponível on-line »](#)

## Fim à MGF: uma estratégia para as instituições da União Europeia (2010)

Publicação da responsabilidade da Equipa da Campanha Europeia "Fim à MGF": "FIM à MGF é uma campanha europeia, liderada pela Amnistia Internacional da Irlanda, a trabalhar em colaboração com várias organizações em Estados Membros da

União Europeia. A campanha tem por objetivo colocar a mutilação genital feminina (MGF) no topo da agenda da UE e dar voz a mulheres e raparigas que sofreram MGF e às que estão em risco. A campanha advoga o reconhecimento dos direitos

humanos e tentará persuadir as instituições da UE a assegurar que a UE adota uma abordagem abrangente e coerente para pôr termo à MGF.

[Disponível on-line »](#)

## Eliminar a Mutilação Genital Feminina para promover o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2010)

Folha de dados da responsabilidade da Associação para o Planeamento da Família em conjunto com outras entidades, no âmbito da campanha europeia "Fim à MGF".

[Disponível on-line »](#)



### Men's and women's perceptions of the relationship between female genital mutilation and women's sexuality in three communities in Egypt. Social science policy brief (2010)

Da responsabilidade da Organização Mundial de Saúde: "This study was therefore designed to understand and document local

concepts and experiences of sexuality among Egyptian women in relation to FGM, and to investigate the links between

FGM and marriageability, gender roles and sexual pleasure".

[Disponível on-line »](#)

### Mutilación genital femenina: revisión y aspectos de interés médico legal (2010)

Artigo de M.A. Gallego [et al.]: "La progresiva llegada a España de personas procedentes del África subsahariana ha eviden-

ciado la práctica de una serie de rituales ancestrales en niñas, perjudiciales para su salud, y que se engloban dentro del con-

cepto de mutilación genital femenina (MGF)".

[Disponível on-line »](#)

### Global strategy to stop health-care providers from performing female genital mutilation. UNFPA, UNHCR, UNICEF, UNIFEM, WHO, FIGO, ICN, MWIA, WCPA, WMA (2010)

Uma publicação da Organização Mundial de Saúde: "Medical code of ethics - According to the World Medical Association's Declaration of Helsinki, 1964, it is the mission of the physician

to safeguard the health of the people. Health professionals who perform female genital mutilation (FGM) are violating girls' and women's right to life, right to physical integrity, and right

to health. They are also violating the fundamental ethical principle: "do no harm".

[Disponível on-line »](#)



## The dynamics of social change: towards the abandonment of FGM/C in five African countries (2010)

Publicação da UNICEF Innocenti Insight: "This Innocenti Insight examines the social dynamics of the abandonment of female genital mutilation/cutting (FGM/C) in five countries - Egypt, Ethiopia, Kenya, Senegal and the Sudan - and seeks to inform policies and programmes aimed at ending the practice. The ex-

periences from the five countries documented in this Innocenti Insight provide evidence that the abandonment of FGM/C is possible when programmes and policies address the complex social dynamics associated with the practice and challenge established gender relationships and existing assumptions and

stereotypes. This publication concludes with reflections on the remaining challenges of FGM/C abandonment and offers recommendations for future research and programme interventions".

[Disponível on-line »](#)

## Mutilación genital femenina: las cuchillas del terror y la muerte (2010)

Artigo de Roberto Macías. [Disponível on-line »](#)

## Considerações clínicas e dinâmica cultural da mutilação genital feminina (2009)

Capítulo da Dissertação de Mestrado de Catarina Góis: "A Mutilação Genital Feminina (MGF) é uma prática que afecta milhões de mulheres em todo o mundo.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu MGF como sendo qualquer procedimento envolvendo a remoção total ou parcial dos órgãos genitais externos ou outros procedimentos por razões culturais, religiosas e não-terapêuticas.

Na década passada com o fluxo migratório e de refugiados oriundos de países onde a MGF é prática comum, esta tornou-se um problema global. Pensa-

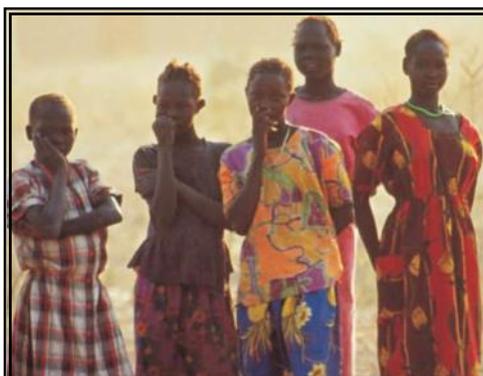
se que a MGF seja praticada há mais de 3000 anos, tendo surgido provavelmente no Egito, na zona do Vale do Nilo.

Estima-se que existam atualmente cerca de 130 milhões de vítimas da prática de MGF, e que 2 milhões estejam em risco por ano. Atualmente é praticada no seio de comunidades imigrantes e de refugiados em todo o mundo - Europa Ocidental (Dinamarca, França, Reino Unido, Itália, Suécia, Holanda) Canadá, EUA, Austrália e Nova Zelândia. As taxas de prevalência mundiais são desconhecidas

devido à pouca documentação. Informações recentes usando dados demográficos e dados dos serviços de saúde sugerem que a MGF é muito mais prevalente do que inicialmente se pensava.

Esta prática foi referida como sendo uma circuncisão feminina. No fim dos anos 70 (séc. XX) o termo Mutilação Genital Feminina foi adotado, de forma a realçar a violação dos direitos das crianças e mulheres".

[Disponível on-line »](#)



*“A MGF é um problema global. Não é praticada apenas em África e no Médio Oriente, mas também em crianças e mulheres que vivem em comunidades imigrantes nos países industrializados em todo o mundo. A percentagem da população feminina que é submetida à MGF, os tipos de excisão e a idade em que essa prática é realizada variam muito de país para país. A MGF ocorre em uma escala muito maior do que se pensava anteriormente. A MGF não é ditada por nenhuma religião, embora sejam apresentadas justificações de carácter religioso para esta prática. Em todas as suas variantes, a MGF é muito dolorosa e pode causar complicações. Muitas crianças e mulheres sofrem em silêncio. Devido à natureza privada desta imposição, é impossível calcular o número de vítimas mortais. Por fim, a MGF é uma questão de direitos humanos. Essa prática constitui uma violação do direito das crianças e mulheres à integridade física, mental e do seu direito à vida. A prática também constitui uma violação dos direitos da criança ao desenvolvimento, à proteção e à participação”.*

[Góis, 2009:11](#)

### **O Corte dos Genitais Femininos em Portugal: o caso das guineenses. Estudo Exploratório (2009)**

Tese de Mestrado de Carla Martingo, editada pelo Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).

[Disponível on-line »](#)



UNICEF

### A sedução interrompida: sexualidade e poder em poder em narrativas árabe-muçulmanas sobre a circuncisão feminina (2008)

Tese de Doutorado de Mariane Venchi: "Este estudo de cunho antropológico problematiza práticas agressivas impostas ao corpo feminino em sociedades muçulmanas do mundo ára-

be, como intervenções cirúrgicas feitas na genitália feminina externa não por razões terapêuticas, mas sim para enquadrar-se em um ideal anatômico com-

patível com padrões culturais específicos".

[Disponível on-line »](#)

### Eliminação da Mutilação Genital Feminina. Declaração conjunta OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS (2008)

Editado pela Organização Mundial de Saúde: "This Statement is a call to all States, international and national organizations, civil society and commu-

nities to uphold the rights of girls and women. It also calls on those bodies and communities to develop, strengthen, and support specific and concrete

actions directed towards ending female genital mutilation".

[Disponível on-line »](#)

### Aproximación antropológica a la práctica de la ablación o Mutilación Genital Femenina (2008)

Artigo de Bénédicte Lucas. [Disponível on-line »](#)

### Mutilação Genital Feminina (2004)

Documento da responsabilidade da Associação para o Planeamento da Família e da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

[Disponível on-line »](#)



### **Contextualização dos rituais de iniciação**

O significado dos rituais de iniciação é complexo, (...). O Kaseo (iniciação masculina) e o ñyaka (iniciação feminina) significam o passo da infância à puberdade, primeiro estágio da vida adulta. Em ambos os casos existem 3 fases do ritual de passagem: separação, marginalização, agregação:

1. **Separção** – Nesta fase os meninos e as meninas são separadas da comunidade e circuncidados/excisados. A rutura com a etapa anterior está dada, a infância com o corte do prepúcio ou a excisão do clítoris, com o sangue e a dor.

2. **Marginalização** – Tem uma duração que depende do tempo de cicatrização da ferida e do processo de aprendizagem dos iniciados. O corte do prepúcio (pénis) e o sarar da ferida pode ocorrer entre 2/3 semanas. O corte do clítoris ou infibulação prolonga-se de 2 a 8 semanas, segundo o tipo de operação realizada. É um período de alto risco, sentido como tabu e rodeado de normas rígidas, prescrições e proibições especiais em relação aos cuidados, à higiene, alimentação, roupa e movimento em geral. É nesta fase que se leva a cabo a aprendizagem das/os iniciadas/os, na qual são transmitidas as mensagens que aglutinam a riqueza da identidade cultural e social do povo.

3. **Agregação** – Há um “cerimonial de graduação” onde as/os iniciadas/os são apresentadas/os publicamente como novos membros, com os seus próprios papéis e categorias sociais.

É desta forma que as raparigas são publicamente reconhecidas, legitimadas e aceites pela comunidade como novos membros da sociedade secreta das mulheres. Os rapazes por seu lado entram no grupo dos homens.

Quem executa o ritual de iniciação são pessoas de destaque sócio-simbólico na comunidade, quer no caso dos rapazes, quer das raparigas. Normalmente são os membros mais velhos da comunidade de pertença a terem este papel.

O papel do Ngmangsimbah (paimãe dos iniciados), sendo uma pessoa que cumpre a função de supervisor e guia espiritual, é quem realiza a operação e quem está responsável pelo desenvolvimento e cumprimento do ritual. É uma das pessoas mais proeminente da aldeia, a quem é atribuído poderes sobrenaturais (aquele que pode captar a presença de maus espíritos, com poderes mágico simbólicos).

As mulheres que executam esta operação, que tem efeitos socioeconómicos subjacentes, receberam instruções e aprendizagens das suas mães e avós. São também as parteiras tradicionais, que auxiliam os nascimentos e cuidam das mães e bebés durante os primeiros dias após o parto.

(...)

A MGF é irreversível. Não existe tratamento nem reconstituição.

### **Mutilação Genital Feminina: Manual de Formação (2001)**

Publicação da responsabilidade da Associação para o Planeamento da Família para a formação dos profissionais de saúde.

[Disponível on-line »](#)

---

### **Female Genital Mutilation. Integrating the Prevention and the Management of the Health Complications into the curricula of nursing and midwifery. A Student's Manual (2001)**

Publicação da Organização Mundial de Saúde: "This manual has been prepared for use by students in response to needs expressed in a proposal on female

genital mutilation (FGM) in which nurses and midwives expressed the need to acquire knowledge and skills to prevent FGM, and to be able to manage

girls and women with FGM complications".

[Disponível on-line »](#)

---

### **Female genital mutilation: a handbook for frontline workers (2000)**

Da responsabilidade da Organização Mundial de Saúde: "The purpose of this handbook is to share with readers the key findings of the research projects. The aim is to increase the effectiveness of prevention campaigns at all levels by increasing understanding of the practice,

and by identifying what does and does not work in the field and why. The handbook is intended primarily for non-governmental organizations (NGOs) committed to the elimination of FGM, and for others working at the frontline with communities that practice it, for

example health service personnel. But it should be of interest, also, to those responsible for policy-making in this field at national and international levels".

[Disponível on-line »](#)



## Enquadramento Legal

### Diário da República, 1.ª série — N.º 14 — 21 de janeiro de 2013 - Resolução 4/2013

Aprova a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, adotada em Istambul, a 11 de Maio de 2011. Está em causa o Artº 38.

[Disponível on-line »](#)

### United Nations General Assembly Resolution 67/146 (2012)

Resolução adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Dezembro de 2012. Tem como objetivo intensificar esforços a nível global para a eliminação da Mutilação Genital Feminina.

[Disponível on-line »](#)

### The Cotonou Agreement (2010)

Da responsabilidade da Comissão Europeia. Um dos países signatários é Portugal. Em causa está o Artº 25 c): "Special attention shall be paid to insuring adequate levels of

public spending in the social sectors. In this context, cooperation shall aim at (...) integrating population issues into development strategies in order to improve reproductive health,

primary health care, family planning; and prevention of female genital mutilation."

[Disponível on-line »](#)

### Legislative reform to support the abandonment of female genital mutilation/cutting (2010)

Documento da responsabilidade da UNICEF: "Female genital mutilation/cutting (FGM/C) refers to all procedures involving partial or total removal of the external female genitalia or other injury to the female genital or-

gans for non-medical reasons. It reflects deep-rooted inequality between the sexes and constitutes an extreme form of discrimination against girls and women that is profoundly entrenched in social, economic

and political structures. The practice is perpetrated without a primary intention of violence, but is *de facto* violent in nature".

[Disponível on-line »](#)

### Mutilação Genital Feminina: Direitos Humanos de Mulheres e Crianças (2009)

Folha de Dados da responsabilidade da Associação para o Planeamento da Família no âmbito da parceria na Campanha Internacional Countdown 2015 Europa, pelo acesso universal à saúde

de reprodutiva.

[Disponível on-line »](#)

A MGF encontra-se espelhada no código penal português no artigo 144º - Ofensa à Integridade Física Grave, artigo este com aplicabilidade a atos praticados fora do território português:

- a) Privá-lo de importante órgão ou membro, ou a desfigurá-lo grave e permanentemente;
- b) Tirar-lhe ou afetar-lhe, de maneira grave, a capacidade de trabalho, as capacidades intelectuais, de procriação ou de fruição sexual, ou a possibilidade de utilizar o corpo, os sentidos ou a linguagem;
- c) Provocar-lhe doença particularmente dolorosa ou permanente, ou anomalia psíquica grave ou incurável; ou
- d) Provocar-lhe perigo para a vida; é punido com pena de prisão de dois a dez anos.”

Diário da República, 1.ª série N.º 170 4 de Setembro de 2007

**Abordagens jurídicas para o abandono e eliminação da MGF**

“As leis podem potencialmente servir como mecanismo protector, assim como um ambiente capaz de apoiar o trabalho de activistas, voluntários e profissionais na eliminação da MGF.”

Naana Otoo-Oyortey, actual Directora Executiva da Forward

Também não nos podemos esquecer da Lei nº 147/99, de 1 de Setembro (Lei de proteção de crianças e jovens em perigo), que através das comissões de proteção de crianças e jovens pode desempenhar um papel fundamental no despiste e prevenção destas situações. Com efeito, de acordo com o n.º 1 do artigo 12º deste diploma, a estas incumbe pôr termo “a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”.

Ao analisarmos as regras para aplicação do asilo e tendo como enquadramento as situações de MGF, podemos ver que estas estão abrangidas na Lei nº 27/2008, de 30 de Junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e respetivos estatutos. Tais atos, sendo claramente uma grave violação dos direitos fundamentais, estão enquadrados no n.º 2 do seu artigo 5º (atos de perseguição), em especial na sua alínea a) “Atos de violência física e mental, inclusivé de natureza sexual” e na alínea f) “Atos cometidos especificamente em razão do género ou contra menores”.

[APF, 2009:2](#)

## Carta Internacional dos Direitos Humanos. Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (1966)

Está em causa o Art.º 7: "Ninguém será submetido à tortura nem a penas ou a tratamentos cruéis, inumanos ou degradantes. Em particular, é interdito submeter uma pessoa a uma experiência médica ou científica sem o seu livre consentimento".

[Disponível on-line »](#)

## Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

Está em causa o Art.º 5: "Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes".

[Disponível on-line »](#)

**Diga NÃO à EXCISÃO**

**A EXCISÃO PODE PROVOCAR**

- INFEÇÕES
- HEMORRAGIAS
- MORTE

A excisão, também chamada **mutilação genital feminina**, põe em risco a saúde e a vida de meninas e raparigas. É um ato de **violência** contra as mulheres. Em Portugal é **crime** punido com pena de prisão. A excisão não está escrita em nenhum livro sagrado.

**Informe-se Peça ajuda**

**Ligue para:**

- 144 - Emergência Social
- 808 257 257 - Linha SOS Imigrante — 808242424 - Linha Saúde 24
- 800202148 - Serviço de informação a vítimas de violência doméstica

GOVERNO DE PORTUGAL  
CIS  
PCDH  
SR  
EUROPEAN UNION

## Dados estatísticos

### **Too much pain - Female Genital Mutilation & Asylum in the European Union: A Statistical Overview (2013)**

Relatório estatístico publicado pelo UN High Commissioner for Refugees (UNHCR).

[Disponível on-line »](#)

---

### **Female Genital Mutilation/Cutting: A statistical overview and exploration of the dynamics of change (2013)**

Relatório estatístico da UNICEF. [Disponível on-line »](#)

---

### **An update on WHO's work on female genital mutilation (FGM) Progress report (2011)**

Da responsabilidade da Organização Mundial de Saúde: "Studies indicate that the practice of FGM has changed in a number of ways. Most encouragingly, the practice is declining. This can be observed when looking at data from countries in which at least two surveys are available, showing that the prevalence has reduced in a number of countries".

[Disponível on-line »](#)

---

### **Female Genital Mutilation/Cutting: A statistical exploration (2005)**

Relatório da UNICEF: "This publication analyses available statistics on female genital mutilation/cutting, with the aim of improving understanding of related issues in the wider context of gender equality and social change. The study centres on women aged 15-49 and their daughters, presenting estimates and examining differentials in prevalence, and highlighting patterns within the data that can strategically inform programmatic efforts". P. 2

[Disponível on-line »](#)



Jean-Pierre Baud/WHO

**MUDAR A REALIDADE DA EXCISÃO**

Também conhecida por operação, corte, sunna, fanado ou mutilação genital feminina, a excisão consiste na realização de diferentes tipos de cortes da vulva/vagina da menina, rapariga ou mulher por motivos que se ligam à tradição e cultura. O Parlamento Europeu estima que na Europa vivam cerca de 500 mil mulheres e jovens mutiladas e que 180 mil estarão em risco anualmente.

Toda a informação da campanha disponível em:  
[www.facebook.com/campanha.muda.r](http://www.facebook.com/campanha.muda.r)

CAMPAÑA PROMOVIDA POR



CAMPAÑA FINANCIADA POR



## Sites recomendados

[APF Mutilação Genital Feminina – MGF](#)

[Amnistia Internacional Portugal fim à Mutilação Genital Feminina](#)

[CIG - Mutilação Genital Feminina](#)

[UMAR – Mutilação Genital Feminina](#)

[United to End Female Genital Mutilation](#)

[WHO Female Genital Mutilation \(FGM\)](#)

[EIGE European Institute for Gender Equality—Female genital mutilation](#)

[END FGM](#)

[UNFPA Programme on Ending Female Genital Mutilation/Cutting](#)

[StopFGM/C!](#)

[The Donors Working Group on FGM/C \(DWG\)](#)

[European Institute for Gender Equality \(EIGE\)](#)